

Trabalho para as sessões paralelas do **11º Congresso Nacional dos Economistas**, subordinado ao tema: "**Transformações em curso na economia global: desafios e oportunidades para Portugal e para os Economistas**" (17/18 Abril na Culturgest)

Sessão 1: Transformação Digital: impactos na Economia e na Gestão

Sessão 2: Nova Economia Europeia de Segurança e Defesa (*)

Sessão 3: Globalização vs Fragmentação

Sessão 4: Os jovens e o mercado de trabalho em transformação

Proposta (30-03-2026)

Autora: Maria Sousa Galito, membro da Ordem dos Economistas N.º 16084

Título: "**Novo Paradigma Estratégico Português**"

I. A posição portuguesa

Portugal é país fundador da OTAN, ou seja, é Estado-Membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte desde 1949. Entrou para a ONU em 1955. Integrou o projeto de construção europeia em 1986, o qual se transformou numa União Europeia e adotou, em 1999, uma moeda comum com os colegas da Zona Euro. Faz parte da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) desde 1996. Promove os princípios do Estado de Direito Democrático e da não intervenção em assuntos dos outros Estados. Defende os Direitos Humanos com respaldo na Carta das Nações Unidas. Portanto, investe significativamente no Multilateralismo e no Idealismo Político baseado na cooperação internacional, no respeito pelo Direito Internacional, e na promoção da paz regional (europeia) e mundial.

Esta postura defendeu, interna e externamente, o regime político que resultou da Revolução de 25 de abril de 1974, mas também do 25 de novembro de 1975, pelo que a III República Portuguesa se mantém fiel a uma lógica funcional do último quartel do séc. XX.

Acontece que o séc. XXI trouxe desafios significativos ao equilíbrio geopolítico do pós-Guerra Fria, que colocaram em questão a tradicional neutralidade portuguesa.

Os atentados de 11 de setembro de 2001 desafiaram a superpotência e abriram alas à invasão do Afeganistão pelos EUA, embora o referido país não lhe tivesse declarado guerra.

O Primeiro-Ministro português Durão Barroso participou na “Cimeira das Lajes” (16-03-2003) na companhia de George W. Bush, presidente dos EUA; Tony Blair, Primeiro-Ministro do Reino Unido; e José Maria Aznar, líder do governo espanhol, quatro dias antes do início da Guerra do Iraque, conflito armado que se arrastaria até dezembro de 2011, quando as tropas dos EUA saíram do território, deixando para trás rasto de destruição e de instabilidade política, que geraria o autoproclamado “Estado Islâmico”, o qual se expandiria para a Síria e que financiaria outros grupos terroristas ou movimentos jihadistas (“guerra santa”) que atacariam, sem misericórdia ou complacência, várias cidades europeias que ingenuamente abriam as suas portas a refugiados desde a “Primavera Árabe” (17-12-2010).

Quando a Rússia, herdeira da queda do Império Soviético (1991), desejou recuperar protagonismo no xadrez regional, anexou a Crimeia em 2014 e invadiu a Ucrânia a 24-02-2022. A União Europeia condenou a política expansionista de Vladimir Putin. Portugal, que entretanto assinara o Tratado de Lisboa e submetera a sua política externa a uma rede diplomática comunitária e supranacional, liderada por um Alto Representante para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança (que conduz a política externa e de segurança comum da UE, preside ao Conselho dos Negócios Estrangeiros, estabelece consensos entre os Estados-Membros da UE e assegura a uniformidade e a coerência da ação externa da UE), passou a defender as orientações da maioria dos outros Estados-Membros (uma vez que a Hungria, por exemplo, tem-se mantido desalinhada da tendência geral). Ao abandonar a neutralidade, Portugal passou a ter a Rússia como inimigo.

O conflito israelo-palestiniano remonta à proclamação de independência de Israel a 14-05-1948, embora existam tensões entre sionistas e palestinianos desde 1890-1920, agravados recentemente pelo ataque terrorista a israelitas a 07-10-2023. A liderança de Benjamim Netanyahu contrapôs com ataques massivos em Gaza (contra o Hamas), no Líbano (contra o Hezbollah) e até no Irão (para tentar derrubar o regime teocrático dos Aiatolas, desde 28-02-2026).

A posição portuguesa foi cautelosa. País herdeiro da Inquisição, mantinha desejos de reparação histórica com base no Decreto-Lei n.º 30-A/2015 que permitia a naturalização

de descendentes de judeus sefarditas, desde que comprovassem descendência (apelidos, tradições) e, após 2022/2024, ligação efetiva a Portugal (ex: viagens, heranças), acrescida de certificado de comunidade judaica. Resultado, cerca de 30% a 40% dos pedidos de nacionalidade aceites passaram a pertencer a este grupo, o que teve impacto nas decisões de política externa, cada vez mais favoráveis a Israel. Tendência que mudou um pouco, quando, Paulo Rangel, Ministro dos Negócios Estrangeiros português, decidiu reconhecer formalmente o Estado da Palestina a 21-09-2025 (que Israel não reconhece) para ter apoio internacional na sua candidatura a membro não-permanente da ONU para o biênio 2027-2028. Rangel reiterou que Portugal não participaria na Guerra do Irão, e não impediu que os EUA utilizassem a Base das Lajes para abastecimento dos seus aviões que participavam em missão sem aval da ONU (o que, supostamente, exigiria autorização do governo luso).

A crise energética decorrente do conflito no Médio Oriente (desde março de 2026) fez subir o preço do crude acima dos 110 dólares por barril. Portugal não era dos países mais dependentes de energias fósseis, graças aos investimentos nas renováveis (representando 70% a 80% da eletricidade consumida no país em 2024 e 2025, sobretudo hídrica e eólica, mas também solar; para além do seu parque automóvel ser cada vez mais elétrico ou híbrido), mas também porque os seus principais fornecedores de petróleo eram Angola e Brasil; e os fornecedores de gás natural eram a Nigéria, os EUA e a Argélia.

Ainda assim, por causa da interdependência complexa entre mercados e do bloqueio à circulação de barcos no Estreito de Ormuz, também em Portugal houve inflação, com subida generalizada dos preços do cabaz médio das compras no supermercado. O que baixou a satisfação de uma população já fustigada pelos fogos do verão de 2025 e pelas cheias do inverno de 2026.

II. A posição europeia

Após a I Guerra Mundial, a Sociedade das Nações fracassou rapidamente. Mas, no final da II Guerra Mundial, os países da Europa Ocidental parecem ter acreditado numa ONU capaz de prevenir uma III guerra global; terminaram de descolonizar os seus impérios, concentraram atenções na reconstrução dos seus territórios devastados com recurso ao Plano Marshal e investiram na integração regional que se desenvolveu da CEE até à União europeia. Também fecharam os olhos à Guerra Fria que resultava do novo mundo bipolar,

protagonizado pelos EUA e a URSS, admitindo que os conflitos a leste (mormente que levaram à desintegração da Jugoslávia) como exceção à regra.

Portugal não participou na II Guerra Mundial, mas terminou a sua Guerra do Ultramar recorrendo a um golpe militar que trocou uma Ditadura Imperialista por um projeto democrático. Aderiu em 1986 à então CEE, saiu da EFTA (da qual também saíra o Reino Unido em 1973), integrando um grupo que se manteve mais ou menos coeso até ao final do séc. XX.

No séc. XXI, o projeto de construção europeia sofreu três abalos significativos. Primeiro, a adesão massiva de países de leste logo após a criação da Zona Euro (que não incluía todos os Estados-Membros, inaugurando uma “Europa a duas velocidades”) que deslocou o centro gravitacional do mercado único para junto dos mercados que antes pertenciam ao Pacto de Varsóvia. As economias cada vez mais periféricas e menos convergentes economicamente ficaram expostas à crise internacional de 2008, levaram tempo a reerguer-se e Portugal foi obrigado, pela TROIKA (FMI, Comissão Europeia e BCE), a administrar políticas de austeridade que conduziram à perda de centros de decisão vendidos a estrangeiros (exemplo: a gestão aeroportuária foi entregue aos franceses da VINCHI e os espanhóis entraram em força no sector bancário português).

Segundo, a crise migratória que se seguiu à chamada “Primavera Árabe” e a uma sucessão de horrendos ataques terroristas que destabilizaram o tecido social dos países que assinaram o Tratado de Schengen. O que exigiu cada vez mais intervenção da Europol, mas não alterou políticas generosas pró-imigração e naturalização de estrangeiros, tendência talvez a mudar desde 2025.

Terceiro, o BREXIT de 31-01-2020 que afastou o Reino Unido dos seus aliados europeus, talvez para se proteger dos efeitos de 1) e de 2), para reassumir a sua veia imperialista através de liderança reforçada no seio da Commonwealth ou para se reaproximar dos EUA. A tê-los, não cumpriu nenhum destes objetivos. A Administração do Presidente dos EUA, Donald Trump, pareceu até acusar, em 2026, as forças militares britânicas de serem ineficazes, lentas a reagir ou meros brinquedos sem influência nos teatros de guerra, o que enfureceu os súbditos de sua majestade.

A troca de galhardetes entre os EUA e demais membros da OTAN, têm fragilizado uma aliança de segurança coletiva a claudicar há anos, mas ferida desde que Donald Trump

ameaçou de anexação a Gronelândia, a maior ilha do mundo que é região autónoma da Dinamarca (haverá aqui “dedo de Putin”, adepto da estratégia de “dividir para reinar”?).

O Atlântico já não reúne as principais potências mundiais e o G7 já não inclui todos os países mais industrializados do mundo, porque as economias emergentes (tais como os BRIC desde 2009, BRICS desde 2011 ou BRICS+ desde 2024) distribuem jogo na cena internacional.

O equilíbrio de potências mudou, baseado em três eixos: EUA, Rússia e China (?). O que explica, em parte, a reação intempestiva de Donald Trump à perda de influência dos EUA num mundo em que a Rússia imperialista de Putin e a China de Xi Jinping procuram, cada qual à sua maneira, reafirmar a sua posição estratégica.

Mas os EUA contribuíram para o novo realinhamento. Não querendo o regresso da Guerra Fria que os ameaçava até à implosão do império soviético em 1991, seguiram as recomendações do seu estratega sénior, Henry Kissinger e incentivaram à entrada da China, em 2001, na OMC (Organização Mundial de Comércio). Resultado, o dragão asiático passou a ser a “fábrica do mundo”, graças à deslocalização das principais sucursais das empresas europeias e estadunidenses para uma Ásia com baixos custos de produção; os quais já cresceram, enquanto a China demonstra capacidade para copiar os produtos estrangeiros e até em inovar, com taxas de crescimento elevadas e dinheiro para investir em projetos de expansão global como o das novas rotas da seda (OBOR: *one bent, one road*).

Por outro lado, a Rússia invadiu a Ucrânia e não cede nas reivindicações territoriais, apesar das dificuldades logísticas em manter o seu exército em combate após mais de um milhão de russos mortos, feridos ou desaparecidos nos últimos quatro anos. Daí a necessidade de recrutar soldados provenientes de várias origens (incluindo Coreia do Norte, Quênia, Tadjiquistão, Uzbequistão, Quirguistão e Nepal).

III. A posição estratégica

Ao abdicar do seu império ultramarino, Portugal perdeu grande parte da capacidade de influência que tinha no mundo. Não é por ser Estado-Membro da CPLP, da ONU, da NATO ou da UE que tem poder de iniciativa. Apenas reage a estímulos externos; e sem grande margem de manobra para o fazer, atendendo ao desequilíbrio das suas contas

públicas. De facto, a nossa dívida pública aumentou de 69.592 milhões de euros em 2020, para 275.063 milhões de euros em 2026 (mais 4,2 mil milhões de euros do que em 2024). Em termos de percentagem o país atingiu um máximo de dívida pública de 134,1% do PIB em 2020, com trajetória decrescente desde então, atingindo o rácio de 89,7% do PIB em 2025 (Relatório do Banco de Portugal de 26-03-2026).

É verdade que a sua diplomacia conseguiu colocar alguns portugueses em lugares-chave dos principais fóruns em que participa (exemplos: José Manuel Durão Barroso como Presidente da Comissão Europeia entre 2004 e 2014; António Guterres como Secretário-Geral da ONU entre 2017 e 2026, pois o próximo entra em funções a 01-01-2027; António Vitorino como Diretor-geral da Organização Internacional para as Migrações entre 2018 e 2023). Mas eles tinham mandato para defender as respetivas instituições e pouco fizeram pelo país de origem. Ou seja, do ponto de vista geopolítico, Portugal continua a proteger-se debaixo dos chapéus de chuva da OTAN e da União Europeia, num contexto de dissonância no seio das referidas organizações internacionais, atualmente frágeis.

Sob perspetiva geoeconómica, o mercado português é aberto, recusando opções de protecionismo encoberto praticados por colegas da UE (por exemplo, França e Alemanha, mas também Irlanda e Áustria).

Expõe-se muito a choques na oferta, privilegiando tantas vezes a importação de produtos que podiam ser, ou já foram, produzidos internamente e que poderiam auferir-lhe acrescida autonomia estratégica.

Possui recursos por explorar, com destaque para as “terras raras” no Alentejo e Nordeste Transmontano, lítio, ouro e depósitos de minerais não metálicos como caulino e talco.

Devia disponibilizar mais aeroportos (o de Camões, em Alcochete, demora em concretizar-se), vias ferroviárias mais rápidas para transporte de mercadorias (mas também passageiros), e mais e melhores vias rodoviárias no interior do país.

O país prefere apostar no retorno rápido do Turismo, setor que atingiu receitas recorde em 2025, ultrapassando os 29 mil milhões de euros. Ano no qual a Balança de Bens e de Serviços registou um saldo positivo de 3,7 mil milhões de euros (1,2% do PIB), sustentado pelo excedente da balança de serviços que superou o défice da balança de bens, segundo dados do Banco de Portugal. Ou seja, não há grande diversificação na carteira de investimentos, o que eleva o risco sistémico.

Porém, o Turismo é setor mão-de-obra intensivo e Portugal enfrenta um “Inverno Demográfico” (com uma das mais baixas taxas de natalidade da Europa, com 7,9 nascimentos por 1.000 habitantes em 2024, registo que melhorou apenas 3,3% em 2025). Para resolver o problema rapidamente, abriu as portas do país à imigração massiva, pelo menos desde 2015. Foi o que mais deixou entrar imigrantes na UE entre 2012-2023, atingindo os 1,5 milhões de residentes estrangeiros em 2025 (sobretudo brasileiros, indianos e angolanos), supostamente por falta de mão-de-obra.

Todavia, Portugal comete dois erros do ponto de vista da competitividade e da produtividade. Primeiro, possui um dos pacotes laborais mais rígidos do “velho continente”. Distribui subsídios e abonos sem exigir qualquer contribuição comunitária, podendo os seus beneficiários ficar em casa sem trabalhar, alguns dos quais a protelar ao máximo a entrada no mercado de trabalho. Isto sem contar com as baixas médicas fraudulentas; ou os jovens nem-nem (que nem trabalham, nem estudam). A população ativa rondava os 5,6 milhões de habitantes em 2026, para uma taxa de desemprego de 5,6%.

Segundo, sofre sangria na emigração, ao ser incapaz de reter parte significativa da sua população (incluindo a formada em instituições de ensino público nos níveis secundário, politécnico e superior, o que representa despesa não recompensada) e que, assim, vai pagar impostos no estrangeiro. Portugal tinha taxa bruta de emigração (número de pessoas que saíram para o estrangeiro por cada 1000 residentes) de 7,5% em 2024 (já fora de 12,92% em 2014). Tenta substituir a lógica de “fuga de cérebros” pela “circulação de cérebros” desde a Resolução do Conselho de Ministros 78/2016, de 30 de novembro; e do Decreto-Lei n.º 63/2019, de 16 de maio (conhecido como "Lei da Ciência"), mas não há grandes provas de sucesso neste sentido e ainda não possui adidos científicos fixos nas embaixadas (embora possa recorrer a consultores científicos, tais como cientistas portugueses experientes que residam no estrangeiro).

Do ponto de vista geoestratégico, Portugal não otimiza o seu triângulo estratégico formado por dois arquipélagos (Açores e Madeira) e o chamado “continente”, à beira-mar plantado, na parte ocidental da Península Ibérica.

O país possui um território de 92.212 km². Detém linha de costa de cerca de 2500 km, e abarca uma das maiores zonas económicas exclusivas do mundo que se estende por 1,7 milhões de km². Em 2009, entregou proposta na ONU para aumentar a jurisdição sobre

o solo e subsolo marinhos para além das 200 milhas náuticas da Zona Económica Exclusiva (ZEE) até 4,1 milhões de km². Mas as Nações Unidas ainda não deram aval positivo à ideia.

Se Portugal aproveitasse a sua localização geográfica e a sua jurisdição marinha para explorar os seus recursos naturais, o seu PIB poderia aumentar significativamente no médio prazo.

Se Portugal investisse cerca de 5% do PIB em Defesa (ao invés de 1,5% ou até 2%) em equipamentos modernos e em recursos humanos altamente especializados, o nosso *soft power* poderia garantir-nos efeito dissuasor na nossa zona estratégica por onde passam muitos cabos submarinos.

A análise subiria de nível se Portugal investisse em energia nuclear, no âmbito civil. Sobretudo, se aproveitasse a janela de oportunidade aberta por Emmanuel Mácron, Presidente da França que, em 2026, propôs um esquema de dissuasão avançado envolvendo países europeus (incluindo a Alemanha, a Suécia, a Polónia e a Dinamarca) para fortalecer a defesa do continente, com a França disponível para deslocar caças com capacidade nuclear. É de recordar que a França e o Reino Unido são atualmente as únicas potências nucleares na Europa (a França é a única dentro da União Europeia) e, ao mesmo tempo, dois dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Portanto, o problema de Portugal não são os recursos, mas as opções não tomadas por agentes políticos e económicos, com base em consensos nacionais de médio e longo prazos. Talvez um dia a “necessidade faça o engenho”, quando o país compreender que tem de sobreviver no xadrez regional e mundial recorrendo à Realpolitik, pura e dura, em prol do interesse nacional.